

SOBRE A SENSIBILIDADE CONTEXTUAL DOS PREDICADOS MORAIS

ON THE CONTEXT SENSITIVITY OF MORAL PREDICATES

*Tiegüie V. Rodrigues*¹

Resumo: Neste texto, eu discuto a plausibilidade de uma interpretação contextualista sobre atribuições e alegações de juízos morais. Após uma breve introdução sobre alguns aspectos gerais concernentes à Epistemologia Moral apresentarei uma abordagem contextualista sobre conhecimento, a saber, a tese proposta contextualista por Stewart Cohen. Em seguida, ofereço uma análise contextualista, análoga à tese epistêmica proposta por Cohen, que pretende lidar de maneira mais adequada com os dados linguísticos envolvendo alegações e atribuições ordinárias de juízos de moralidade. Posteriormente, apresento algumas críticas que podem ser feitas a esta abordagem sobre o contextualismo moral mostrando que elas não são suficientes para refutá-lo. Finalmente, concluo que o contextualismo moral se configura como uma alternativa plausível para explicar nossa prática ordinária referente às nossas alegações e atribuições de juízos morais.

Palavras-Chave: Contextualismo, Atribuições Morais e Epistemologia.

Abstract: In this paper I discuss the plausibility of a contextualist account of moral attributions. After a brief introduction to some general aspects concerning moral epistemology I present a contextualist approach to knowledge, namely, the contextualist account proposed by Stewart Cohen. Then I offer a contextualist analysis, analogous to the epistemic account proposed by Cohen, which aims to deal more adequately with the linguistic data involving ordinary claims and attributions of morality. Subsequently I present some criticisms that can be made to this approach on moral contextualism arguing that they are not sufficient to refute it. Finally, I conclude that the moral contextualism is a plausible alternative to explain our ordinary practice about our claims and attributions concerning moral judgments.

Keywords: Contextualism, Moral Attributions and Epistemology.

* * *

Introdução

A tarefa tradicional da epistemologia, ou teoria do conhecimento, é estabelecer padrões, normas e critérios sistemáticos que devem ser satisfeitos para que sujeitos possam ter conhecimento ou simplesmente crenças racionais. A epistemologia moral trata, de maneira geral, sobre se podemos e como podemos ter conhecimento do certo e do errado, ou seja, se e como o conhecimento moral é possível (ou por que ele não é possível). Esta descrição é apenas geral e parcialmente correta, pois existem mais questões envolvidas nesses campos – enquanto epistemólogos nós estamos interessados

¹ Doutor em filosofia. Atualmente é professor Adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: tieguevieira@gmail.com.

em uma variedade de conceitos e problemas que não se limitam apenas ao conhecimento; enquanto teóricos morais, nossos interesses também ultrapassam os limites do certo e do errado. Por exemplo, uma vez que saibamos que certa proposição é falsa nós sabemos que aqueles que creem nessa proposição não podem tê-la como objeto de conhecimento, pois conhecimento é factual. Contudo, isso não significa que a nossa avaliação sobre os sujeitos em questão tenha chegado ao fim. Nós ainda poderíamos nos questionar se tais sujeitos agiram racionalmente ao crer em tal proposição – se eles foram enganados pelo que se apresentava como excelente evidência ou, pelo contrário, se falharam em equalizar as boas razões para crer.

De maneira análoga, uma vez que alegamos saber que uma ação é imoral nós alegamos saber que aqueles que a aplicam fazem algo que consideramos errado. No entanto, seria razoável se ainda nos interessasse saber o que faz tal ação má e como a natureza dessas instâncias particulares de imoralidade devem configurar nossas reações críticas. Tal ato é cruel ou indiferente? Os agentes merecem ser culpados por tal ato ou possuem algum tipo de desculpas que os eximem da culpa? São tais agentes apenas pessoas desprezíveis ou esse ato de imoralidade é uma exceção perante um padrão de comportamento aceitável?

Assim, de um lado, temos a epistemologia que se interessa sobre o conhecimento e a verdade por ele requerida, mas também se interessa por noções como justificação, razão, evidência, confiabilidade e uma variedade de noções associadas. Por outro lado, a filosofia moral está interessada na avaliação de ações enquanto moralmente certas ou erradas e na benevolência e maldade endêmicas a elas, mas também está interessada em coisas como vícios e virtudes tais como crueldade e bondade, justiça e ganância. Uma de suas principais tarefas é, portanto, explorar a natureza das obrigações e direitos morais, bem como as regras gerais que devemos observar para cumprir com tais obrigações e garantir nossos direitos.

Nesse sentido, podemos perceber que a epistemologia moral lida com uma ampla e complexa variedade de conceitos que abarcam uma diversidade de comportamentos e costumes que parecem ser ainda mais variados. Assim, somos confrontados com uma consequência indesejada, a saber, o campo da epistemologia moral é extraordinariamente difícil de ser circunscrito; e determinar a possibilidade de conhecimento do certo e do errado é apenas a ponta visível de um gigantesco iceberg. Por esta razão, nós invariavelmente acabamos incorrendo em duas abordagens opostas

ao tratar da epistemologia moral: ou somos totalmente superficiais ou drasticamente limitados em escopo.

Para nossos propósitos aqui acredito que o melhor é adotarmos a segunda opção, isto é, seremos limitados em escopo, mas, não obstante, acredito que seremos capazes de atingir o âmago de certos problemas. Nesse sentido, pretendo focar uma questão específica, a saber, o Contextualismo Moral, que alega oferecer uma explicação adequada sobre como lidamos com os dados linguísticos na nossa prática ordinária envolvendo alegações e atribuições de moralidade.

1. Contextualismo Epistêmico

O Contextualismo, conforme proposto por Stewart Cohen, é a visão segundo a qual atribuições e alegações de conhecimento são de algum modo, sensíveis ao contexto. Ele afirma que

O valor de verdade de sentenças contendo a palavra “saber” e suas cognatas dependerá de padrões determinados contextualmente. Por causa disso, tal sentença pode ter diferentes valores de verdade em diferentes contextos. Agora, quando eu digo “contextos”, quero dizer “contextos de atribuição”. Assim, o valor de verdade de uma sentença contendo um predicado de conhecimento pode variar dependendo de coisas como os propósitos, as intenções, as pressuposições, etc., dos atribuidores que proferem essas sentenças.²

Portanto, conforme o contextualismo proposto por ele, o valor de verdade de sentenças que contenham certas expressões, tipicamente utilizadas pelo vocabulário epistêmico, tais como ‘S sabe que P’ e ‘S está justificado em crer que P’, é determinado pelos padrões de um contexto específico. Deste modo, uma mesma sentença, quando proferida em diferentes contextos, pode assumir, em cada um desses contextos, valores de verdade distintos, pois expressa um conteúdo proposicional distinto. Além disso, o contexto relevante para a fixação dos padrões que determinam o valor de verdade que cada uma dessas sentenças possuirá é aquele em que o atribuidor está localizado, ou seja, o contexto do sujeito que faz a alegação ou atribuição de conhecimento. Assim, ao considerarmos um mesmo sujeito S e uma mesma sentença P, duas pessoas podem, simultaneamente, dizer ‘S sabe que p’ e apenas uma delas dizer algo verdadeiro. Da

² COHEN, Stewart. Contextualism and Skepticism. In: *Philosophical Issues 10*, 2000. p. 94.

mesma maneira, uma pessoa poderia dizer ‘S sabe que p’ e outra dizer ‘S não sabe que p’ e ambas serem consideradas como dizendo algo verdadeiro.

Vejamos um exemplo, originalmente oferecido por Cohen que pretende suportar essa ideia sobre os diferentes padrões estabelecidos por diferentes contextos.³ Suponha que

João e Maria estão no aeroporto de POA se questionando sobre se eles deveriam pegar o voo X para o RJ. Eles precisam saber se tal voo faz escala em SP. Casualmente eles escutam alguém, Pedro, perguntando se alguém sabe se o voo X para em SP. Smith, um passageiro, responde: Sim, eu sei “eu acabo de olhar para o meu itinerário e há uma escala em SP prevista para o voo X.” Pedro com base no testemunho recebido passa a crer que o voo possui escala em SP e, conseqüentemente, que Smith de fato sabe tal informação. Acontece que João e Maria possuem um importante encontro de negócios que precisa ser feito no aeroporto de SP. Maria então diz: “quão confiável é aquele itinerário? Ele poderia conter um erro de impressão. Eles poderiam ter mudado o itinerário desde sua última impressão, etc.” João e Maria concordam que Smith não sabe efetivamente que o voo X para em SP. Eles decidem, portanto, checar com o agente da companhia aérea.⁴

Tomando como base este exemplo – em que ‘S’ está para ‘Smith’ e ‘P’ está para ‘o voo X faz escala em São Paulo – João não atribui conhecimento a Smith, pois afirma a sentença ‘S não sabe que P’, enquanto Pedro atribui conhecimento a Smith já que afirma a sentença ‘S sabe que P’. De acordo com uma perspectiva não-contextualista nossa tendência seria pensar que uma das duas alegações deve, necessariamente, estar errada, enquanto a outra correta. Ou seja, em nenhum momento, ambas as alegações desfrutariam, simultaneamente, do mesmo valor de verdade. Segundo Stewart Cohen, qualquer uma das opções que o não-contextualista venha a escolher em resposta ao exemplo parece não satisfazer de maneira adequada as nossas intuições referentes às nossas práticas epistêmicas. Podemos nos questionar sobre a possibilidade de eleger um desses padrões como sendo o mais adequado e, assim, poderíamos ser capazes de determinar qual das duas sentenças é a (única) sentença verdadeira. No intuito de considerar qual padrão é o correto podemos nos engajar na seguinte análise.

Primeiramente, podemos considerar que o padrão de João é excessivamente rigoroso e que, portanto, o padrão de Pedro está correto. Assim, dado o relaxado padrão de Pedro, é verdadeira sua alegação de que Smith sabe que o voo para em SP. Isso

³ Esse exemplo é uma variação do caso proposto por COHEN (1999, 2000 e 2004).

⁴ COHEN, 2000.

ocorre, pois conforme o padrão rigoroso de João, aquilo que serve de base para a crença de que P, por parte de Smith, não é suficientemente adequado para que Smith saiba que P – o que parece ser um excesso, pois ele olhou o itinerário correto, no local correto. Assim, o padrão mais relaxado utilizado por Pedro é o correto e a atribuição ‘S sabe que p’, asserida por ele, é verdadeira.

De acordo com a explicação sugerida por Cohen, ao indicar que o padrão mais relaxado deve ser considerado como o correto, nós nos comprometeríamos com a tese de que João faz um uso inadequado do predicado ‘saber’ (x sabe que y). Caso isso realmente seja o caso, então, embora João estivesse preocupado com o seu encontro em São Paulo, o que ele deveria ter dito – ao contrário de ‘S não sabe que p’ – seria algo muito parecido com ‘Ok, S sabe que P, mas, ainda assim, preciso checar novamente se P é o caso’. No entanto, essa sentença parece causar muita estranheza. Além disso, parece que, se o fato de que ‘olhar no itinerário’ é uma razão adequada para Pedro saber que P, então parece que essa razão também deveria ser adequada para João saber que P. Igualmente, João deveria ter dito, ao invés de ‘S sabe que p’, ‘Eu (João) sei que P, mas preciso checar novamente se P é o caso’.

Já a segunda consideração feita por Cohen sugere que consideremos o padrão de Pedro como sendo demasiadamente relaxado e que, portanto, o padrão de João está correto. Assim, dado o extremamente relaxado padrão de Pedro é verdadeiro que João, que possui um padrão rigoroso, alegue que Smith não sabe que o voo para em SP. (Assim, a alegação de que Pedro sabe que o voo para em SP é falsa, mas a alegação, oposta, por parte de João, é verdadeira).

Para Cohen essa resposta pode ser considerada muito natural em algumas ocasiões, porém ela deve ser ponderada de uma forma muito cautelosa. Isso porque ela parece ser contrária ao modo como se dá a nossa prática epistêmica ordinária, a saber, nós usualmente julgamos que as pessoas podem ter como objeto do seu conhecimento proposições cridas com base em jornais, revistas, testemunhos e itinerários de voos. Assim, se negarmos conhecimento a Pedro, então nós estaremos afirmando que a nossa prática epistêmica ordinária não nos permite, de modo adequado, alegar que sabemos muitas das coisas que alegamos. Ou seja, nós estaríamos fadados a reconhecer que – na maior parte das vezes – no nosso cotidiano, nós estamos falando falsidades quando alegamos saber das coisas.

Cohen ainda chega a sugerir uma terceira explicação para o problema. Outra maneira de se interpretar o exemplo seria considerar que nenhum dos dois padrões é

exigente o suficiente. Contudo, essa opção não é discutida com mais profundidade pelo seu caráter excessivamente cético. Qual é, então, para o contextualista, a resposta que deve ser considerada correta? De acordo com a proposta de Cohen, a resposta “pretensamente” correta pode ser entendida da seguinte maneira.

Nenhum dos padrões é simplesmente correto ou simplesmente incorreto. Ao contrário, o contexto determina qual padrão é o correto. Dado que os padrões de atribuição de conhecimento podem variar através dos contextos, cada alegação [tanto a de João como a de Pedro] pode estar correta no contexto em que ela foi feita. Quando [Pedro] diz [‘S sabe que p’], o que ele diz é verdade dado o padrão mais fraco que opera naquele contexto. Quando [João] diz [‘S não sabe que p’], o que ele diz é verdade dado o contexto mais exigente que opera em seu contexto. E não há padrão correto independente de contexto.⁵

Como sugere o caso do aeroporto, atribuições de conhecimento são sensíveis ao contexto. (Apenas gostaríamos de lembrar que Lembrando que, de acordo com o autor aqui analisado, os padrões que determinam quão boas (ou fortes) devem ser as razões de alguém para que esse alguém seja um conhecedor são determinados pelo contexto de atribuição.) Existem duas estratégias básicas que são adotadas pelos contextualistas como motivação para a sensibilidade contextual.

A primeira estratégia é evocar o fato de que a semântica de predicados epistêmicos parece ser análoga à semântica de outros predicados. Predicados como ‘rico’, ‘feliz’, ‘plano’ e ‘alto’ permitem que as sentenças que os contenham possuam o seu valor de verdade definido pelos padrões estabelecidos de acordo com o contexto, uma vez que esses predicados podem, e com frequência, aparecem sob a forma comparativa (e.g., ‘Pedro é mais alto do que Smith’) e também na sua forma absoluta (e.g., ‘Pedro é alto’). Portanto, o contexto de uso das sentenças que contém esses predicados estabelecerá ambos, o quão mais alto do que Pedro Smith deve ser para que a sentença ‘Pedro é mais alto do que Smith’ seja verdadeira e o quão alto Pedro deve ser para que a sentença ‘Pedro é alto’ seja verdadeira. Considerando o caso dos predicados epistêmicos aplicados à atribuição de conhecimento, teremos a seguinte explicação: ainda que o predicado ‘S sabe que P’ seja absoluto, o predicado ‘S está justificado para P’ é claramente um predicado que admite graus. Do mesmo modo, se, baseado em uma análise tradicional do conhecimento, justificação é condição necessária para o

⁵ COHEN, 2000, p. 97

conhecimento, então os padrões estabelecidos de acordo com o contexto estabelecerão o quão justificada uma crença deve ser para que ela seja um caso de conhecimento.

A segunda estratégia utilizada por contextualistas para explicar a sensibilidade e contextual de termos epistêmicos como, e.g., ‘saber’, é considerá-lo de maneira análoga a termos indexicais, tais como ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’. Considere a seguinte situação: cerca de uma hora atrás eu estava no meu escritório. Imagine que eu verdadeiramente disse: ‘eu estou aqui’. Agora eu estou na sala de conferência. Como eu poderia verdadeiramente dizer onde eu estava a cerca de uma hora atrás? Eu não posso verdadeiramente dizer que ‘eu estava aqui’, pois eu não estava aqui (na sala de conferência), eu estava lá (no meu escritório). O significado de ‘aqui’ é fixado pelos fatores contextuais relevantes da atribuição (neste caso, a minha localização), não pela localização no tempo em que se está falando a respeito. Dessa maneira, quando João assere “Smith não sabe que P” essa atribuição deve ser indexada ao contexto no qual tal atribuição foi feita, a saber, o contexto no qual João se encontra; Do mesmo modo, quando Pedro assere “Smith sabe que P” essa atribuição deve ser indexada ao contexto no qual tal atribuição foi feita, nesse caso, o contexto no qual Pedro se encontra.

Para o contextualista, portanto, o contexto poder ser entendido como sendo formado por uma função complexa composta pelas intenções do atribuidor, intenções da audiência desse atribuidor, pressuposições do contexto conversacional no qual ele se encontra e das relações de saliência que podem ou não se fazer presentes numa determinada situação, que por sua vez, determina os padrões, ou seja, as condições de verdade para atribuições ou alegações de conhecimento. A “saliência”, a chance de erro, é uma característica importantíssima e parece assumir um papel essencial para a determinação dos padrões presentes em um contexto de atribuição dos predicados epistêmicos. Pois, em um dado contexto em que a possibilidade de erro é saliente os padrões de atribuição de conhecimento podem alcançar níveis extraordinários de exigência, o que não ocorre nos contextos em que essa possibilidade não se tornou saliente. No caso do aeroporto, a saliência do erro, ou seja, a possibilidade entretida por João de que o itinerário consultado por Smith estivesse obsoleto ou de que ele pudesse conter algum erro de impressão fez com que os padrões de atribuição de conhecimento a Smith se elevassem, no contexto de João, e impedisse que este atribuísse conhecimento a Smith. Nessa perspectiva, ainda que a mera possibilidade de erro não solape um agente de conhecimento, o contexto no qual alguma possibilidade de erro é considerada

saliente (ou seja, uma possibilidade claramente considerada pelo atribuidor do predicado epistêmico) tende a falsear uma determinada atribuição de conhecimento.

2. Contextualismo Moral

Seguindo, de modo análogo, às bases pressupostas anteriormente, quando tratamos o contextualismo epistêmico, podemos formular a seguinte definição geral sobre o Contextualismo Moral⁶:

CM: é uma tese semântica segundo a qual o valor de verdade de nossas alegações ou atribuições morais que contenham expressões comuns ao vocabulário moral (tais como “certo” e “errado”) são, de um modo particular, contextualmente sensíveis, ou seja, possuem suas condições de verdade determinadas de acordo com o contexto no qual foram utilizadas. Dito de outra maneira, predicados morais são apropriadamente utilizados para expressar coisas diferentes em contextos diferentes. Como resultado, sentenças que contenham tais predicados morais serão utilizadas de modo apropriado para asserir coisas diferentes em contextos diferentes.

Assim, ao considerarmos um mesmo sujeito S e uma mesma ação descrita por uma sentença P, dois atribuidores diferentes podem, simultaneamente, dizer ‘S agiu moralmente ao fazer P’ e apenas um deles dizer algo verdadeiro. Da mesma maneira, um atribuidor poderia dizer ‘S agiu moralmente ao fazer P’ e outro dizer ‘S agiu imoralmente ao fazer P’ e ambas serem consideradas como dizendo algo verdadeiro, sem implicar contradição.

Como vimos anteriormente, uma das estratégias utilizadas pelo contextualista para motivar a análise contextual de certos predicados epistêmicos é analisá-los analogamente a outros tipos de predicados que são, sem maiores contestações, sensíveis contextualmente como, e.g., “alto”, “liso”, “plano” e “vazio”. Imagine que você e seu colega entram na sala em que supostamente teriam aula e você asseire; “a sala está vazia”. Agora imagine que vocês resolvem esperar no corredor para ver se alguém mais aparece. Enquanto isso dois professores do departamento de física entram na mesma sala e um deles diz: “esta sala está cheia” e seu colega responde, “acho que é a sala com

⁶ Existem algumas teses sobre contextualismo moral na literatura especializada. Minha intenção aqui, diferente dos demais autores, é apenas argumentar em favor da sensibilidade contextual de predicados morais, sem me comprometer, diretamente, com nenhuma tese metafísica sobre a existência, ou não, de propriedades morais. Ver Peter Unger (1995), Berit Brogaard (2008), Mark Timmons (1999), A. Norcross (2005).

maior número de partículas x que encontramos”. Nesse caso, como podemos perceber, o termo “vazio” é um termo contextualmente sensível uma vez que os padrões utilizados para determinar se a sala estava ou não vazia variaram de acordo com os padrões em vigor em cada contexto de atribuição. No contexto onde você e seu colega se encontravam o padrão utilizado por vocês para alegar que a sala estava vazia foi um padrão mais relaxado, ordinário. Enquanto que no contexto dos dois professores de física que testavam algum experimento, o padrão que estava em vigor era comparativamente mais exigente, mais rigoroso (extraordinário).

Uma apreciação análoga pode ser utilizada para motivar a análise contextual de predicados morais como “certo” e “errado”, “imoral” e “moral”, “justo” e “injusto”. Assim, sentenças que contenham predicados morais como “Pedro agiu imoralmente ao Torturar uma criança inocente” ou “a ação de Pedro não é imoral” terão seu valor de verdade (ou aceitabilidade) determinado contextualmente, pois, como sugerido, predicados morais são, também, contextualmente sensíveis, ou seja, os padrões de avaliação de sentenças de atribuição ou alegação de conhecimento serão determinados de acordo com o contexto na qual são proferidas.

Considere o seguinte caso. Imagine que enquanto caminha por uma rua tranquila Alexandre escuta uma criança chorando e gritando desesperadamente. Rapidamente Alexandre corre em direção à janela de uma casa abandonada, da qual lhe parece estar vindo aquele som, quando, ao olhar pela janela, se depara com uma pessoa adulta, muito bem vestida – diga-se de passagem – torturando uma criança. Numa ação quase que instintiva, Alexandre grita: “Pare já com isso! Você está torturando uma criança e torturar crianças é imoral”.

Agora considere a continuação de nossa história. Paul, que é um agente americano da Forças antiterrorismo, ficou internacionalmente conhecido por libertar crianças que eram vítimas de tortura numa de suas missões em uma área de conflito na África Central. Paul, portanto, está acostumado a lidar com questões e situações envolvendo o terrorismo, coincidentemente está no Brasil investigando um possível atentado terrorista que caso concretizado irá dizimar com a população sul-americana. Ele está à procura de um menino que trabalha a serviço dos terroristas e parece ser a única fonte a partir da qual se poderiam obter informações sobre o lugar e a hora em que os terroristas pretendem deflagrar a poderosíssima bomba. Para nossa sorte Paulo consegue, através de algumas pistas, encontrar o menino em uma casa abandonada. Como é comum a todos estes terroristas eles são extremamente fieis à causa que

pertencem, sendo capazes até de atentar contra a própria vida para defender aquilo em que acreditam e, assim, são difíceis de arrancar informações. Embora novo, o menino havia sido criado nesse meio terrorista e já havia interiorizado esse comportamento; fato este que explica o fracasso da tentativa de Paul de persuadi-lo a falar oferecendo-lhe deliciosas guloseimas. Uma vez que há muita coisa em jogo, Paulo começa a usar de tortura a fim de extrair do menino as informações necessárias para evitar tamanho desastre. (De repente, alguém aparece na janela e grita: “Pare já com isso! Você está torturando uma criança e torturar crianças é imoral”. Paulo responde: “Não! Não é. E continua com a tortura.”)

Quando consideramos isoladamente a primeira parte da história, se não todos, a grande maioria de nós concordou e ainda tem forte inclinações para assentir à alegação de Alexandre, a saber, de que a ação que aquele homem executa é imoral e, portanto, Alexandre diz algo verdadeiro quando assere que “Paul está agindo imoralmente ao torturar a criança”. Em contrapartida, ao analisarmos a segunda parte da história, isoladamente, novamente, se não todos, a grande maioria de nós concordou e ainda tem forte inclinações para assentir à alegação de Paul, a saber, que sua ação não é imoral; e, portanto, Paul está dizendo algo verdadeiro quando assere que “está agindo moralmente ao torturar a criança”.

Esse caso parece nos apresentar o início de um paradoxo moral, pois ao mesmo tempo em que estamos inclinados a pensar que ambos estão dizendo algo verdadeiro, quando consideramos cada caso separadamente, quando analisamos suas alegações conjuntamente tendemos a pensar que um deles deve estar dizendo alguma falsidade e, assim, tendemos a pensar que ambos os indivíduos parecem estar em contradição, pois estão defendendo alegações contraditórias sobre se determinada ação é ou não moral. Se este é o caso, qual dos dois indivíduos está dizendo algo verdadeiro, Paulo ou Alexandre? Podemos nos questionar sobre a possibilidade de eleger um desses padrões como sendo o mais adequado e, assim, poderíamos ser capazes de determinar qual das duas sentenças é a (única) sentença verdadeira. No intuito de considerar qual padrão é o correto podemos nos engajar na seguinte análise.

Primeiramente, podemos considerar que o contexto no qual Paul se encontra estabelece padrões que são demasiadamente rigorosos. Desse modo, o padrão correto é o padrão mais relaxado, ordinário, que governa o contexto de Alexandre.

Ao indicar que o padrão mais relaxado deve ser considerado como o correto, nós nos comprometeríamos com a tese de que Paul faz um uso inadequado do predicado de

moralidade, especificamente no nosso exemplo, o predicado “moral”. Se este é realmente o caso, então mesmo que Paul estivesse preocupado com a possibilidade de que a América Latina fosse exterminada, caso não obtivesse as informações necessárias, (que representa a saliência do erro) o que ele deveria ter alegado – ao invés de alegar que a sua ação era de fato moral e continuar a tortura do menino. Poderíamos pensar que, alternativamente, ele pudesse dizer algo muito parecido com: “Ok, minha ação é imoral, mas, ainda assim, vou continuar torturando o menino”. No entanto, essa sentença parece causar muita estranheza, pois ela não parece ser compatível com o contexto no qual Paul se encontra, isto é, parece que concordaríamos em dizer que Paul só está agindo dessa maneira dado a chance de erro envolvida no seu contexto.

Em segundo lugar poderíamos considerar que o contexto no qual Alexandre se encontra estabelece padrões que são demasiadamente frouxos. Desse modo, o padrão correto é o padrão mais rigoroso, que governa o contexto de Paul. O principal problema que essa opção apresenta é que se assumirmos que o padrão correto para julgarmos nossas atribuições e alegações morais é demasiadamente extraordinário, então, teremos que assumir que grande parte, se não a maioria, das nossas alegações e atribuições morais, que são governadas por padrões ordinários/mais relaxados, tem sido massivamente falsas.

Uma terceira posição seria assumir que nenhum dos padrões é suficientemente rigoroso, pois poderíamos pensar em contextos nos quais os padrões em vigor poderiam ser ainda mais rigorosos. Mas do mesmo modo que a alternativa anterior nós teríamos que assumir que nossas atribuições e alegações morais, as quais em sua grande maioria são governadas por padrões ordinários, tem sido falsas, ou sejam, estamos a falar falsamente quando fazemos tais alegações.

Para o contextualista existe alternativa, segundo ele mais adequada, de responder a este problema, a saber, nenhum padrão é simplesmente correto ou errado. Ao contrário, o contexto determina qual padrão é o correto. Dado que os padrões de atribuição moral podem variar através dos contextos, cada alegação [tanto a de Paul como a de Alexandre] pode estar correta com relação ao contexto no qual ela foi utilizada. Quando [Alexandre] diz [‘a ação é imoral], o que ele diz é verdade dado o padrão mais fraco que opera no seu contexto. Quando [Paul] diz [‘a ação não é imoral], o que ele diz é verdadeiro dado o padrão mais exigente que opera em seu contexto. E, dessa maneira, não há padrão correto que seja independente de contexto.

Uma segunda estratégia utilizada pelo contextualista é dizer que predicados morais se comportam da mesma maneira que predicados dêiticos ou indexicais, tais como ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’. Considere a seguinte sentença “aqui está Chovendo”. Quando proferida por Pedro, que se encontra em POA, esta sentença é usada para expressar a seguinte proposição “está chovendo em POA”. Quando Paulo asseire a mesma sentença em Caxias esta sentença é usada para expressar a seguinte proposição “está chovendo em Caxias”. Ou seja, embora eles estejam utilizando a mesma sentença, a saber, “aqui está chovendo”, eles a estão utilizado para asserir diferentes proposições.

O mesmo ocorreria com predicados morais. Considere outro caso. Imagine que, Lucy, uma típica mulher brasileira, está ao telefone com Nubantu, sua amiga africana, que recentemente casou-se com seu primo de primeiro grau por parte de pai. Lucy, então, diz: “o que você acabou de fazer é incesto e incesto é imoral”. Nubantu responde: não, não é. De acordo com o contextualista, estas sentenças com predicados morais do tipo “Incesto é imoral” se comportam da mesma forma que sentenças do tipo “aqui está chovendo” na medida em que podem ser utilizadas para expressar conteúdos proposicionais diferentes em diferentes contextos, onde a variação contextual resulta de uma diferença no sentido ou a referencia de um determinado predicado do vocabulário moral.

No caso anterior, quando Lucy e Nubantu parecem estar contradizendo uma à outra com relação à imoralidade da ação de Nubantu, esta contradição é apenas aparente, pois embora estejam discordando sobre uma mesma sentença, a saber, “incesto é imoral”, aquilo que cada uma expressa ao asserir tal sentença é diferente e, portanto, não há contradição.

3. Algumas Objeções ao Contextualismo Moral

Assim como existem diversas objeções ao contextualismo epistêmico, também, por analogia, podemos aplicar algumas dessas objeções à abordagem contextualista sobre moralidade. Relembremos que a principal ideia defendida pela teoria contextualista é a de que as condições de verdade de sentenças com predicados morais abrangem padrões (de moralidade) que são determinados contextualmente.

Uma das objeções que gostaríamos de destacar é aquela, segundo a qual, a teoria contextualista é obrigada, a fim de explicar a sensibilidade contextual de certos predicados (nesse caso, predicados morais), a adotar alguma forma de *teoria do erro* ou *cegueira semântica*, ou seja, a alegação de que pessoas proferindo certas sentenças

[contendo certos predicados morais] em determinados contextos confundem sistematicamente as proposições que suas sentenças expressam com as proposições que eles iriam expressar ao proferir essas sentenças em outros contextos⁷ e que isto seria um grave problema.⁸

Vejamos como esse problema pode ser apresentado.⁹ Poderia ser argumentado que esse modelo contextualista prediz falsamente o modo pelo qual deveríamos entender nossas próprias atribuições e alegações morais. De acordo com o contextualismo quando eu faço uma atribuição moral do tipo “matar é errado”, mas em seguida passo a considerar diferentes possibilidades as quais colocam em dúvida tal atribuição, talvez até o ponto extremo em que reconsidero minha atribuição, modificando-a (e.g. “matar é certo”), eu deveria olhar para a minha alegação anterior e pensar que ela também é correta. Mas eu não pareço fazer isso de acordo com minhas práticas ordinárias. Eu simplesmente acredito que minha atribuição anterior era falsa ou incorreta. Uma vez que eu entretenho possibilidades de erro em que a chance de estar errado possui consequências desastrosas, eu creio que minha atribuição anterior era falsa.¹⁰ Mas se este é o caso, então algo parece estar errado com o contextualismo, pois ele parece implicar que eu não posso fazer retratações sobre minhas atribuições morais pregressas. Segundo eles, minhas atribuições são sempre verdadeiras, pois estão sempre indexadas a um contexto determinado. O problema é que não parece ser assim que procedemos e, além disso, parece contraintuitivo afirmar que eu não possa me retratar.

Richard Feldman, em oposição ao modelo contextualista, defende algo que poderíamos chamar de *modelo de argumentos conflitantes*. Segundo ele, esse modelo explicaria mais adequadamente o fenômeno da sensibilidade contextual a partir da constatação de que existem argumentos conflitantes – contrários e a favor – com relação ao valor de verdade de nossas alegações e atribuições morais; que, por sua vez, deveriam ser avaliadas sobre um mesmo e único padrão. Para ele,

Todos os atribuidores competentes [de uma determinada] linguagem deveriam entender [os termos morais como “certo e “errado”] e eles

⁷ SCHIFFER, 1996, p. 325.

⁸ A objeção da ‘*Teoria do Erro*’ (error theory) foi aplicada contra o contextualismo epistêmico primeiramente por SHIFFER (1996) e ‘*cegueira semântica*’ (semantic blindness) por HAWTORNE (2004).

⁹ Embora Feldman esteja especificamente falando sobre o contextualismo epistêmico, acredito que uma mesma crítica poderia ser feita ao contextualismo moral. A título expositivo, em todos os momentos em que Feldman se refere ao conhecimento e aos predicados epistêmicos eu os substituirei para moralidade e predicados morais.

¹⁰ Feldman oferece uma argumentação semelhante em relação ao contextualismo epistêmico. Ver FELDMAN, 2001,

deveriam ser capazes de ajustar os seus padrões [de aplicação moral] determinados contextualmente. De modo que em todos os contextos nos quais os padrões para moralidade são elevados [ou modificados], todos os atribuidores competentes deveriam reconhecer [tais mudanças]. Mas essa não é minha experiência. Existem aqueles que parecem [atribuir negativamente moralidade] em virtualmente todos os contextos [é o caso do cético moral]. Existem aqueles que não são movidos pelas considerações céticas [e tampouco por nenhuma suposta elevação de padrões morais]. Na minha visão, tais pessoas reagem diferentemente frente a complicadas considerações contra e a favor do ceticismo [e das elevações dos padrões morais]. Nas visões contextualistas, eles não entendem a linguagem.¹¹

Feldman, em parte, aceita que em muitas disputas como, por exemplo, em casos semelhantes ao de se uma estrada é plana ou não, apelar para a sensibilidade contextual pareceria uma maneira natural de como resolver as coisas. No entanto, existiriam outros tipos de disputas, de desacordos, nos quais a solução contextualista parece incorreta como, por exemplo, disputas envolvendo a extinção dos dinossauros, ou a existência de Deus. Para Feldman esses são casos semelhantes aos casos de disputas com o cético, a saber, casos de controvérsias genuínas nas quais a sensibilidade contextual parece não ter nenhuma aplicação – e predicados morais deveriam ser considerados conforme aplicados a esses tipos de situações. Ele sugere que

A lição geral a ser tirada desses exemplos é que às vezes a existência de variadas inclinações sobre uma determinada frase não é um sinal de dependência contextual [...] às vezes, existem conflitos genuínos. Em minha opinião, as nossas diversas inclinações sobre atribuições de [predicados morais] são mais parecidas com casos de controvérsias científicas do que com as nossas inclinações nos casos em que a dependência do contexto é a resposta certa.¹²

Outra crítica frequentemente disparada contra esta forma de contextualismo é que, normalmente, pessoas tendem a se retratar frente a alegações ou atribuições morais feitas por elas anteriormente quando suas crenças morais se modificaram. Considere o seguinte diálogo:

- (A) Você está agindo imoralmente ao torturar esta criança.
- (B) Não. Eu estou agindo moralmente visto que esta criança pode me dar informações que evitariam um ataque terrorista com centenas de mortes.
- (A) Ok. Sua ação é, realmente, moral.
- (B) Então você admite que sua atribuição anterior de imoralidade com relação à minha ação era falsa?
- (A) Não, Eu não disse isso. Eu não estava considerando a possibilidade de que esta criança possuísse tais informações.

¹¹ FELDMAN, 2001, *apud*. COHEN, 1999, p. 80.

¹² FELDMAN, 2001, p.65-85

A tese contextualista parece implicar, como mostra o exemplo anterior, que não podemos fazer retratações com relação às nossas atribuições ou alegações prévias de moralidade, mas esse não parece ser o modo pelo qual procedemos normalmente, como já mencionado anteriormente ao citarmos a crítica de Feldman.

Os Contextualistas possuem respostas para estas críticas. Ele poderia simplesmente alegar que tais críticas estão baseadas em uma má compreensão da tese contextualista. Mas está claramente não seria uma resposta adequada, seria como tapar o sol com uma peneira. Segundo os defensores do contextualismo não está sendo negada a possibilidade da ocorrência de desacordos genuínos (caso eles sejam possíveis)¹³, pelo contrário, se indivíduos fazem atribuições ou alegações morais do tipo “a ação de Paulo ao torturar esse menino é imoral” e “a ação de Paulo ao torturar esse menino é moral” e ambos os indivíduos se encontram em um mesmo contexto, ou seja, ambos possuem os mesmos padrões de avaliação moral, então um deles, necessariamente, está dizendo algo falso ao fazer a sua atribuição. A alegação contextualista simplesmente afirma que se as atribuições estão indexadas a contextos com padrões diferentes, então não há efetiva mente contradição, pois os indivíduos estão alegando diferentes conteúdos proposicionais (“a ação de Paulo ao torturar esse menino é imoral no contexto a” e “a ação de Paulo ao torturar esse menino é moral no contexto b”).

O contextualista pretende chamar a atenção, através dos exemplos que utiliza, para o fato de que grande parte das nossas atribuições não é realmente contraditória, pois normalmente não nos encontramos nos mesmos contexto e, assim, avaliamos a partir de padrões diferentes. Visto que os contextos e os padrões determinados são formados por uma complexa função composta pelas intenções do atribuidor, intenções da audiência desse atribuidor, pressuposições do contexto conversacional no qual ele se encontra e das relações de saliência que podem ou não se fazer presentes numa determinada situação, não é surpreendente que mesmos os mais competentes falantes possam se enganar e falhar em reconhecer a existência de tais padrões contextualmente sensíveis.

Essa mesma resposta pode ser dada no caso de retratações ou correções de atribuições anteriores. Quando fazemos retratações do tipo exemplificado no diálogo

¹³ Ver debate sobre desacordo racional em Feldman, R, Warfield, T. A. (eds). *Disagreement*. Oxford university press.

anterior, tendemos a estar num contexto mais exigente, ou seja, num outro contexto onde os padrões são diferentes. Quando olho para minha atribuição prévia e julgo que ela estava errada eu estou avaliando-a a partir do contexto no qual estou agora inserido. Dessa maneira, falho ao perceber a mudança contextual e por isso a negação da minha atribuição anterior seria errada. Mas isso não implica que, em estando em um mesmo contexto, eu não possa vir a revisar a minha atribuição prévia uma vez que eu perceba que fiz uma atribuição leviana.

Embora os contextualistas ofereçam respostas para as críticas apresentadas, tais respostas não parecem ser suficientemente convincentes. Isso faz com que, ainda que não implique uma refutação completa da teoria, no mínimo, torna mais difícil sua aceitabilidade.

4. Considerações Finais

Não foi minha intenção propor um argumento conclusivo em favor de um contextualismo moral estabelecendo uma tese semântica completa sobre a sensibilidade dos predicados morais. Também não pretendi oferecer uma teoria geral sobre epistemologia moral, o que exigiria tratar de diversas outras questões as quais por motivos óbvios foram omitidas. Com ambições muito menores minha fala se apresenta apenas como uma tentativa de defender a plausibilidade de aplicarmos uma tese contextualista sobre moralidade. Acredito que se meu objetivo foi alcançado um passo importante para a compreensão de nossas atribuições morais foi dado. Acredito que com base na nossa prática ordinária de atribuições e alegações morais que tentei explorar nos exemplos apresentados – e que é constituída dentre outras coisas pelos nossos comportamentos, pensamentos e sentimentos – a tese contextualista se apresenta, sim, como uma alternativa bastante plausível para explicar nossas atribuições e alegações morais ordinárias, ainda que seja necessária a apresentação de argumentos mais fortes para rebater as críticas que foram apresentadas.

Referências

- BROGAARD, B. Moral Contextualism and Moral relativism. In: *The Philosophical Quarterly*, Vol. 58, n. 323. 2008.
- COHEN, S. Contextualism, Skepticism and the Structure of Reasons. In: *Philosophical Perspectives* 13. 1999.
- _____. Contextualism and Skepticism. In: *Philosophical issues* 10, 2000.

- _____. Contextualism and Unhappy-Face Solutions: Reply to Schiffer, In: *Philosophical Studies*, 119: 185-97. 2004.
- FELDMAN, R. Skeptical problems, contextualist solutions. In: *Philosophical studies*, 103, p. 61 – 85. 2001.
- FELDMAN, R. and WARFIELD, T. (eds). *Disagreement*. Oxford university press. 2010.
- NORCOSS, A. Contextualism for Consequentialists. In: *Acta Analytica* 20. 2005.
- SCHIFFER, S. Contextualist Solutions to Skepticism. In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, 96: 317-33. 1996.
- TMMONS, M. *Morality Without Foundations: a Defense of Ethical Contextualism*. Oxford University Press. 1999.
- UNGER, P. Contextual Analysis in ethics. In: *Philosophy and phenomenological Research*, Vol. LV, N. 1.1995.